



Isaac Antunes (à esq.) e Lincoln Fernandes, ambos do PL: amizade abalada e denúncias na Câmara e no MP

Lincoln ‘cai atirando’ e acusa Isaac de comandar processo

O vereador cassado Lincoln Fernandes (PSD) divulgou em suas redes sociais, horas depois da sessão que definiu seu futuro político, ter sido vítima de uma “armação política” envolvendo o então presidente da Câmara, Isaac Antunes (PL).

No vídeo, Fernandes acusa Isaac de ter ameaçado a ele e a assessores, bem como ter orquestrado o processo de cassação por conta de desavenças comerciais entre eles envolvendo a rádio Jovem Pan News.

O ex-presidente da Câmara foi nomeado como “criminoso” no material, que fez referência, ainda, a suposta coação de testemunhas no curso do processo de cassação e afirmou que Antunes é alvo de dois inquéritos na Polícia Civil. Ele divulgou o número de um dos procedimentos.

OUTRO LADO

Durante a sessão, Isaac negou qualquer interferência no processo que cassou o mandato. Após a votação do pedido de cassação, mas antes da divulgação do vídeo, ele lamentou as teses abordadas pela defesa.

“É triste que se tente macular, envolver outras pessoas nesse lamaçal, tentar equiparar [a Fernandes] pessoas que, de fato, têm uma proposta política, uma construção política, e não uma construção financeira”, afirmou.

Ele também admitiu desavenças comerciais com Fernandes, mas negou qualquer relação com o processo de cassação.

Já Samuel Prisco, ex-coordenador de Comunicação da Câmara, indicado por Lincoln no vídeo como autor de ameaças a assessores e como

autor dos vídeos que abriram caminho para as denúncias, afirmou que ira processar o vereador cassado.

“Devido às denúncias infundadas e às graves acusações feitas pelo ex-vereador CASSADO na manhã desta quarta-feira (20), estou ingressando com uma ação judicial por danos morais, com pedido de liminar para que a Justiça determine a retirada imediata do vídeo publicado em seu perfil no Instagram”.

A medida, ainda segundo Prisco, também solicita que o vereador cassado seja proibido de republicar o conteúdo ou qualquer material semelhante, “além de responder judicialmente pelas falsas imputações e pela divulgação de informações que atentam contra minha honra, minha imagem e minha reputação profissional”, finalizou.

“É UM CONTRA-SENSO. UM CRIMINOSO CONFESSO INFLUENCIA NA CASSAÇÃO DE ALGUÉM QUE NEM INDICADO FOI”

LINCOLN FERNANDES (PL), VEREADOR CASSADO

“É TRISTE QUE SE TENTE MACULAR, ENVOLVER OUTRAS PESSOAS NESSE LAMAÇAL, TENTAR EQUIPARAR [A FERNANDES] PESSOAS QUE, DE FATO, TÊM UMA PROPOSTA POLÍTICA, UMA CONSTRUÇÃO POLÍTICA

ISAAC ANTUNES (PL)

EX-SECRETÁRIO DE BOLSONARO, CAMILO CALANDRELI ASSUME CADEIRA

Suplente do PL, Camilo Calandrelli deve ser chamado, nesta semana, para assumir o lugar de Lincoln Fernandes como vereador. Nome conhecido da cena cultural e política de Ribeirão, é cantor lírico, maestro, professor de História da Arte e de História da Ópera, produtor e gestor cultural.

Formado em Música pela USP, ampliou, nos últimos anos, sua presença no debate público com um perfil ideológico conservador. Foi Secretário Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro,

assumindo o cargo em novembro de 2019, permanecendo no cargo até março de 2020, durante a gestão da atriz Regina Duarte na pasta.

Na política partidária, foi candidato a vereador em Ribeirão Preto nas eleições de 2024 pelo PL, reforçando a transição de um nome antes mais identificado com a cultura para um personagem também inserido na disputa política da cidade. Teve 1.923 votos, sendo o segundo suplente do PL. Ele assume a vaga por conta da saída de Hágara do Pão de Queijo, o primeiro suplente, do partido.



Paulo Sartre, por Ângelo Lopes - MTb 0097820/SP

CPI CONSENSUAL

Como a coluna havia adiantado, os vereadores aprovaram a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a Parceria Público-Privada (PPP) da iluminação pública. A proposta partiu do presidente do Legislativo, Daniel Gobbi (PP), que também vai presidir a CPI. O Consórcio Conecta já foi notificado doze vezes pela Prefeitura de Ribeirão, que cobra o cumprimento de cláusulas contratuais, e o Ministério Público deu prazo de 30 dias para a solução dos problemas. Por ironia, a CPI encurta a distância entre o presidente da Câmara e o prefeito.

FIM DE LINHA

Depois de enfrentar um processo de cassação duro, Lincoln Fernandes (PL) agora aguarda a denúncia do Ministério Público no caso das “rachadinhas”, o mesmo que ajudou a empurrá-lo para o abismo político. A diferença é que, se tentar o caminho de um acordo de não persecução penal, ele entra num terreno que a Justiça já negou ao ex-vereador Sérgio Zerbيناتo (PSDB), condenado por rachadinha em regime fechado — e isso explica por que, no PL, cresce a leitura de que a expulsão de Lincoln virou mais uma questão de tempo do que de dúvida.

BLINDADO

A sustentação da defesa do vereador Lincoln foi enfática ao lembrar aos vereadores presentes que qualquer transação financeira entre vereadores e assessores parlamentares resultará, obrigatoriamente, em processo de cassação e inquérito policial. Ironias à parte, estamos falando de coisa séria: Lincoln precisava de apenas seis votos, entre os vinte possíveis, para enterrar de vez o processo. Por coerência mínima, bastaria que seis gabinetes se abstivessem, evitando o risco de amanhã terem de passar pelo que Lincoln passou, no mesmo palco: os acordos que hoje fingem não existir.

MORALISMO

A conclusão do relatório da Comissão Processante no caso Lincoln Fernandes mudou a temperatura dos gabinetes e tornou a rachadinha um risco real, sobretudo para quem ainda tratava o tema como vício antigo de bastidor. Agora, entre discurso e prática, a distância encurtou, não por súbita iluminação ética, mas pelo medo de assessores reivindicarem a suspensão de “contribuições”, porque o passado, de repente, ficou caro demais, depois de Lincoln.

GULOSÃO

Lincoln, bariátrico, comeu em todos os pratos do gabinete e também quis provar de tudo na política, sem distinguir o que lhe cabia do que não lhe pertencia. No PL, partido que nunca foi exatamente o seu habitat natural, acabou onde não devia estar e praticando o que não devia praticar: a rachadinha. No fim, a voracidade com os colegas e com a própria estrutura política cobrou a conta.

ONGs NA MIRA

As ONGs e OSCIPs deixaram de ser vistas apenas como braços comunitários e passaram a chamar a atenção de Ministérios Públicos, justamente porque a parceria com prefeituras abriu espaço para captura por agentes políticos e disputa por controle nas administrações, por interesse eleitoral e financeiro. Quando essa engrenagem já viciada encosta no crime organizado, o tema sai do campo da administração e entra de vez no radar de investigação pesada — e é aí que entra o Ministério Público Federal.

ONGs CORPORATIVAS

As ONGs já não vivem só da lógica comunitária: em muitos casos, ganharam escala nacional, estrutura profissional e benefícios tributários que as aproximam de verdadeiras corporações do terceiro setor. Com verdadeiros executivos profissionalizados ocupando diretorias de várias ONGs ao mesmo tempo — todas elas com um detalhe em comum: atuação na área pública e um estilo de vida nada compatível com a imagem clássica de militância —, a própria legislação que facilitou a vida dessas entidades passou a atrair, além de agentes políticos e executivos especializados, também o interesse real das organizações criminosas. O tema vai balançar gabinetes da Câmara Municipal.